

ENVELHECER NO CONTEXTO RURAL: A VIDA DEPOIS DO APOSENTO

Adriana Alcântara¹

1 INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte da pesquisa de doutorado intitulada *Da velhice da praça à velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural*, cujo objetivo central foi analisar a velhice no contexto familiar, com ênfase na relação entre as gerações no convívio cotidiano, a partir de espaços não apenas geográficos mas socialmente distintos. Assim sendo, discorro sobre o sentido da velhice rural, não em função de uma idade demarcada pelo Estado que define o que é ser velho, mas privilegio seus modos de vida e suas subjetividades, considerando, principalmente, suas representações em torno de um espaço de pertencimento e de identidade e do seu oposto, que é a cidade, mesmo que nunca tenham deslocado para lá.

Feita esta observação, é importante afirmar sobre a necessidade da desconstrução das polaridades. Neste caso, específico, acerca do antagonismo entre urbano e rural, Sennett (2008) chama atenção para o conceito, no idioma grego, das expressões *asteios* (urbano) e *agroikos* (rural), as quais podem ser traduzidas, respectivamente como “refinado” e “embrutecido”. Contudo, uma mostra das experiências dos interlocutores aqui retratada nos leva a refletir sobre as cristalizações e dicotomias que não raramente nos conduzem a interpretar as realidades – as quais supomos tão somente como revelam a imagem midiática – de uma forma aligeirada e equivocada, muito possivelmente pela ausência de pesquisas mais pontuais sobre o mote em questão e, especialmente, por se tratar de um lugar profundamente precário em políticas públicas, lembrado apenas em períodos eleitorais.

1. Professora do curso de serviço social da Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza (Fametro) e da Universidade Estadual do Ceará.

2 ENTRE O RURAL E O URBANO: ESPAÇOS SOCIODEMOGRÁFICOS EM RECONSTRUÇÕES

*A vida é bem sossegada
Sem barulho e sem zoadas,
Por isso eu faço questão
De não morar na cidade,
Foi sempre minha vontade
Viver e morrer no sertão.*

Patativa do Assaré

Penso ser oportuno iniciar esta discussão, por meio da parceria de um velho nordestino, Antônio Gonçalves da Silva, mais conhecido como Patativa do Assaré, alcunhado pelo escritor Xico Sá como o Guimarães Rosa da poesia, haja vista sua propriedade em expressar o sertão² em palavras. Vale ressaltar, ainda, o seu pertencimento a este espaço, um elemento de subjetividade, identificado em suas composições não só pelas agruras mas também pelas delícias de viver naquele lugar (Medeiros, 2009).

Em consonância com a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2013), do total da população idosa, isto é, aqueles com 60 anos de idade ou mais, 84,3% vivem em áreas urbanas, o que significa dizer que 15,7% encontram-se no espaço rural. A industrialização foi um dos principais fatores que alterou a distribuição geográfica brasileira no que concerne à situação de domicílio. A partir da década de 1950, auge da industrialização do país, os movimentos migratórios – do campo para as grandes metrópoles – expandiram-se cada vez mais.

Desse modo, a população brasileira que era, até a década de 1940, eminentemente rural, passou a caracterizar-se como urbana, tendo em vista esse intenso processo migratório. A consequência dessa transição foi uma explosão urbana sem planejamento e o surgimento de metrópoles, distintas de um novo cenário socioespacial.

Como reforçam Delgado e Cardoso Júnior (2004), esse processo migratório refletiu sobremaneira no mundo rural, especialmente no aspecto econômico, em face do aumento da pobreza e da exclusão social no contexto da “modernização conservadora” da agricultura brasileira. Contudo, ainda que muito demoradamente, a previdência rural contemplada na Constituição de 1988, uma proteção social absolutamente necessária, inverte esse quadro não só no que diz respeito à subsistência mas também no estímulo à produção agrária, o que favoreceu uma nova imagem dos velhos.

2. É interessante perceber a semelhança do sentido simbólico de *sertão* empregado por Patativa em relação às representações de escritores renomados da literatura brasileira, como Euclides da Cunha, Graciliano Ramos e João Cabral. Para estes, em suas interpretações críticas sobre o significado de *ser do sertão*, existe um modo de ser que se choca ao espaço urbano: letrado e assistido pelo Estado (Medeiros, 2009).

Houve maior estímulo ao aumento das atividades, de modo a incrementar novas técnicas de produção, paralelo ao que então predominava. Quer dizer, com a efervescência do setor econômico, a zona urbana deixou de ser o lugar exclusivo da indústria, e, assim, o campo absorveu outras atividades além daquelas de natureza agrícola. As medidas modernizadoras do padrão de produção urbano-industrial no espaço rural, entretanto, não implicariam na diluição do mundo agrário. Os resultados desse processo sobre a população local não são despercebidos, mas, como compreende Carneiro (1998), não incidem de forma a homogeneizar o modo de vida no lugar e nem tampouco levam a consolidar uma aculturação.

Então, ainda em consonância com a autora, as mudanças ocorridas no rural, decorrentes das trocas (pessoais, simbólicas, materiais...) com o urbano, não indicam a descaracterização do seu sistema social e cultural, mas, sim, uma reestruturação diante da incorporação de outros elementos presentes nas relações sociais e de trabalho, o que orienta a pensar o “rural” e o “urbano” como categorias simbólicas.

Definir espaço rural no Brasil, portanto, é deparar com uma situação de divergência entre os pesquisadores das distintas áreas, bem como os planejadores de políticas públicas. Os conceitos de urbano e rural são um assunto permeado por discursos dicotômicos – dispersos e fortemente visíveis de estereótipos, em que, geralmente, o rural é relacionado ao atraso e o urbano, ao progresso.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera “urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila)” (Veiga, 2003, p.11), ou seja, privilegia o critério político-administrativo e, dessa forma, no Brasil, quem define o que é rural ou urbano são as câmaras municipais.

Até sedes municipais e distritais com poucas residências são definidas como urbanas. Esse critério de demarcação espacial, o único no mundo, é alvo de críticas (Veiga, 2003; Camarano *et al.*, 2004; Pereira e Santos, 2007), por não demarcar adequadamente os espaços territoriais, além de estabelecer uma supremacia do urbano sobre o rural.

Os autores ora referenciados falam da importância em se ponderar o número de habitantes, a densidade populacional, a concentração de edifícios. Em seus estudos, Camarano, por exemplo, além de não considerar somente os critérios do IBGE, ao contextualizar o rural, contempla a população envolvida em atividades agrícolas.

É válido, ainda, ressaltar, no conjunto de complexidade desses conceitos, o preceito em vigor no âmbito jurídico. Trata-se do Decreto Lei nº 311, de 1938, período do Estado Novo, época em que a população brasileira era predominantemente rural. Conforme já apontado, o IBGE segue o critério político-administrativo, proveniente desse decreto, e, assim, a área urbana é toda sede de município (cidade) e de distrito (vila).

A definição de perímetro urbano é, dessa forma, “a linha que separa o urbano do rural, não representa a realidade de modo satisfatório, uma vez que, os interesses políticos, econômicos e tributários podem prevalecer no momento da sua demarcação” (Reis, 2006, p. 8). A esse respeito Rua (2006, p. 93) alerta: “As prefeituras, em busca de mais tributos arrecadados, têm todo o interesse em criar ‘espaços urbanos’”.

Diante da variedade de conceitos, assumo como espaço rural as percepções dos interlocutores consultados para a realização desta pesquisa, uma vez que mencionam um jeito de ser daquele lugar, dando-lhes, então, uma identidade. A definição de Silva (2005) coaduna com este sentido de pertencimento: “características dos modos de vida da população que remete aos valores associados ao universo rural: a agricultura, as criações, os períodos dos cultos religiosos, períodos de plantio e de colheita” (*op. cit.*, p. 92).

Exemplo disto foi o estudo etnográfico realizado no estado do Ceará, onde uma das questões de investigação foi compreender a experiência da velhice no espaço urbano e no rural no que concerne a não cidade, em que o cotidiano local é alicerçado no trabalho do roçado. Nas casas de farinha, mulheres e homens, com as crianças ao redor, passam o dia transformando a mandioca, processo esse árduo:³ inicialmente, arrancam a raiz, depois separam,⁴ prensam, quebram, peneiram e torram. Esse trabalho é voltado para o próprio sustento, para conseguir o de comer, como eles falam. O plantio, a espera da colheita, o período da seca e, como pude presenciar na safra do caju, a insatisfação em relação às expectativas nessa época, por conta da quantidade reduzida da fruta – todos esses fatores são importantes na vida dessa gente.

3. Heredia (1979, p. 63) descreve pormenorizadamente as etapas do processo de trabalho realizado nas casas de farinha: “Em primeiro lugar raspa-se a mandioca, tarefa feita com facas pequenas destinadas quase que exclusivamente para esse fim. A seguir, a mandioca é moída, operação efetuada com a ajuda de uma trituradora acionada manualmente ou por um motor. Quando é feita manualmente, requer esforço físico muito maior e, por consequência, também será maior o número de pessoas dedicadas a essa tarefa. Dessa forma, mobiliza-se uma ou mais pessoas (dependendo das circunstâncias) para fazer girar a roda, e outra pra colocar a mandioca na trituradora, operação que se denomina ‘cevar’. Uma vez moída, a mandioca é colocada numa ‘prensa’. A prensa é uma estrutura e madeira (de paus grossos), bastante rudimentar, onde se coloca a massa envolta por folhas de palmeira com um peso grande em cima para facilitar a saída da ‘manipuera’, substância da mandioca que é venenosa. Depois de espremida, a massa passa por uma peneira de palha, sendo amassada para dissolver os grânulos; essa farinha já peneirada cai sobre uma bandeja de madeira, operação chamada de ‘peneirar’ e que é realizada apenas por uma pessoa. Por último, a massa é colocada no forno construído com ladrilhos, onde é cozida. Esse cozimento deve ser feito lentamente, porque embora a qualidade da farinha dependa do cuidado com que se realiza cada uma das operações mencionadas anteriormente, o bom cozimento tem uma importância ainda menor. Nesse sentido, é necessário mexer a farinha (mexer no forno) constantemente, e manter a uma temperatura constante para não acelerar o cozimento. Não agir dessa forma pode determinar que a farinha saia mais torrada ou mais branca do que o que é considerado um ponto ótimo e isso influenciará no preço em que pode ser vendida. A espessura (que é obtida no peneirado) também acarreta diferentes tipos de farinha, que variam de acordo com o gosto individual”.

4. Assim registra o dicionário Houaiss, versão eletrônica: “Sevar – Regionalismo: Brasil. Pôr as raízes da mandioca no caititu a fim de reduzi-las à massa com que se faz a farinha”.

A respeito das comemorações religiosas no meio rural, Moura (1986) analisa a importância da festa do padroeiro como um acontecimento de considerável peso na cultura simbólica camponesa, muito mais significativo, por exemplo, do que o Dia da Independência ou o Dia da Proclamação da República. Estes não alteram o dia do camponês, diferentemente do dia do santo, quando cessa até o trabalho, independentemente de este estar ou não incluído no calendário nacional.

É importante destacar, ainda, a apresentação do rural por Fossa e França (2002) em relação à infraestrutura: os habitantes não contam com transporte público nem supermercados. A densidade populacional é baixa e os maiores prédios do local são a escola, a prefeitura e o hospital. Com referência ao lazer, o festejo mobilizador do lugar se traduz no aniversário do (a) padroeiro (a). No geral, de acordo com as autoras, essa estrutura revela um modo de vida caracteristicamente rural.

Ainda no que diz respeito ao hiato entre urbano e rural, é importante a discussão trazida por Rua (2006, p. 86): “rural e urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades”. Dado o processo de industrialização do campo, desencadeando a interação entre os dois espaços, o autor chama atenção para o “surgimento de espaços híbridos”, ao qual vai denominar de “urbanidades no rural”.

As “urbanidades” decorrentes dessa interação não serão apenas novas ruralidades e, sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo, o espaço híbrido que resulta dessas interações não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir e que desafia os pesquisadores, tanto nos países da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (onde muitos criticam os critérios adotados) – quanto em países como o Brasil, onde se luta para ultrapassar a concepção oficial de que rural é tudo que não é urbano (*op. cit.*, p. 95).

No espaço rural, verifiquei práticas de vida tradicionais em meio a costumes ditos modernos. A urbanização do campo revela modos e hábitos representativos da vida moderna, juntamente com formas tipicamente rurais, como o preparo do alimento no fogão à lenha; a farinhada, herança indígena até hoje preservada; a mobilização em torno da festa do padroeiro; e por aí não para.

Ao mesmo tempo em que há a preservação desses afazeres, pude observar, contudo, o investimento no consumo de aparelhos como televisão, telefone celular, DVD, num cotidiano sofrido pela privação de água, mas apaziguado pela crença de que, no Dia de São José, padroeiro do Ceará,⁵ a chuva virá, com as águas de março que fecham o verão e são promessa de vida, “explicação cheia de sentidos

5. De acordo com a tradição, São José, padroeiro do estado do Ceará e dos agricultores, é o santo responsável pela chuva. A data de sua festa é 19 de março, dia que antecede as 48 horas do período equinocial, ou seja, o movimento da terra em torno do sol, quando os dias e as noites têm a mesma duração, sendo comum o aparecimento de chuva. Caso não chova exatamente no dia do santo, a crendice popular prevê um ano sem inverno (chuvas) e de grandes secas.

e sinais para quem observa diariamente o mistério da terra, da água e do ar, bem como a incompetência dos poderes seculares para atender às necessidades inerentes a seu modo de vida” (Moura, 1986, p. 22).

Esta discussão reforça a compreensão da ruralidade não como um contexto empírico observável, “mas como uma representação social, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades não homogêneas e que não estão necessariamente remetidas à produção agrícola” (Carneiro, 1998, p.12).

Assim sendo, para além do dissenso em conceituar urbano e rural em termos demográficos e espaciais, mais importante é apreender as práticas e representações dos sujeitos inseridos nesses espaços, não só geográficos mas principalmente sociais, e ainda considerar as características culturais e socioeconômicas das regiões do país, ou seja, a existência de sua heterogeneidade regional. Portanto, é com esta noção que aqui se trata do “urbano” e do “rural”, em oposição a quaisquer dualidades relativas a estas categorias (Carneiro, 1998). Esse é um dos aspectos que demanda da antropologia uma escuta atenta e um novo olhar.

3 O RETRATO DA VELHICE RURAL: DA NATUREZA À POLÍTICA

*Prepare seu coração
pras coisas que eu vou contar
Eu venho lá do sertão
e posso não lhe agradar...*

Geraldo Vandré

Qual é o significado da velhice rural nos vários Brasis? Apesar de termos tão somente breves respostas e muito mais questionamentos, trazer à tona esse assunto é uma forma de convidar para a reflexão e, quem sabe, instigar a formulação de trabalhos sociais ou de cunho científico junto a uma conjuntura ainda não (re)conhecida.

A velhice no contexto rural brasileiro é um tema de pouco interesse por parte dos pesquisadores, haja vista a ausência de estudos pontuais sobre o envelhecimento humano nesse espaço sociodemográfico. Assim, a sociedade fica distante de uma realidade bem particular, cujo significado da velhice é uma incógnita frente a um cenário de constantes mudanças. Diante desse desconhecimento, permanece no imaginário social uma visão estereotipada acerca do que é ser velho no campo, prevalecendo concepções estigmatizadas.

Então, partindo, da curiosidade sobre o que é envelhecer no meio rural, é pertinente apreender em que medida viver/envelhecer na cidade e na não cidade apresenta aspectos bem singulares. Além disso, contextualizar essas realidades sociais leva a compreender as formas de vida e o significado da velhice, suas práticas e representações frente a um tempo de intensas mudanças. Nas palavras de Wanderley

(2008), são particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que recortam uma realidade própria. Contraponho, então, com modelos prescritivos de uma condição exclusiva da experiência da velhice.

Conforme foi explicado, de acordo com o critério político-administrativo considerado pelo IBGE, o poder público planeja seu sistema de proteção social para as populações em face de demandas concretas do espaço rural e urbano. Segundo especialistas como Veiga (2003; 2004) e Wanderley (2008), entre outros, a legislação é obsoleta e entrava a concessão de recursos e direitos à população rural, haja vista a prioridade das pessoas que vivem no espaço urbano. Exemplo disso foi o tratamento dispensado aos trabalhadores destes espaços por um longo tempo, até a promulgação da Constituição de 1988, pois a universalização da aposentadoria rural passou a ser paga também para os trabalhadores que não contribuíram para a previdência.

Veiga (2004, p. 57) mostra a imprecisão da anuência da lei cuja demarcação dicotômica leva ao aumento da desigualdade social, pois é

crescente o número de agricultores, pecuaristas, extrativistas, pescadores (e até populações indígenas e quilombolas) que perdem o direito aos parques benefícios dirigidos às populações rurais porque residem em sedes de minúsculos municípios. Mesmo lavradores miseráveis atingidos pela seca no semiárido nordestino não tiveram direito à cesta básica, e agora não recebem bolsa renda, porque residem em sedes de municípios. E porque deixariam de fazer tal opção se é justamente na sede que há mais chance de acesso a água, eletricidade, correio ou escola primária?

Como já dito acerca do espaço rural, reforço a dimensão do lugar por meio das interpretações dos sujeitos que nele estão inseridos e, assim, possuem propriedade para falar da terra onde nasceram, notando-se, então, uma relação medular. Aqui, não seria exagero citar mais uma vez Patativa do Assaré (1999, p. 236), que denuncia os problemas do sertão, não em função da natureza, mas de um contexto sociopolítico que demonstra a ausência do Estado.

Porém, se ele [sertão] é um portento
De riso, graça e primor
Tem também seu sofrimento,
Sua mágoa e sua dor.
Esta gleba hospitaleira
Onde a fada feiticeira
Depositou seu condão,
É também um grande abismo
Do triste analfabetismo,
Por falta de proteção.

Quer dizer, a marca do espaço rural é a restrição de políticas públicas, destacada na pobreza material, educacional e no trabalho precário. Como bem ressaltam

Fernandes e Soares (2012), apesar de uma legislação específica, o Estado não assume, efetivamente, a Política de Atenção à Pessoa Idosa, seja no âmbito federal, estadual ou municipal.

A despeito desta questão, é pertinente ressaltar a urgência dos governos das referidas esferas viabilizarem, de fato, políticas não só para quem envelheceu, mas para o ser humano, independentemente de sua idade, sobretudo, na perspectiva da totalidade. Assim, poderemos, quem sabe um dia, ser uma sociedade para todas as idades, numa conjuntura tão diversa como é a brasileira.

O aumento da população acima de 60 anos é um fato que desperta preocupação, gerando reivindicações e demandas por políticas voltadas a este segmento. Não se deve, contudo, justificar a melhoria das condições de vida apenas em função de uma representatividade numérica. Mais determinante é definir o papel que o velho desempenha na sociedade e elucidar o processo pelo qual o envelhecimento se coloca como uma questão que vem ganhando respaldo e expressão, somado, em particular, aos antigos problemas que o país enfrenta, como desemprego, renda mal distribuída, reforma agrária, questão do menor, fome, entre outros.

Aqui, é pertinente refletir sobre as relações de gênero. As mulheres, convém ressaltar, representam a maioria na cidade, porém, no ambiente rural, o número de homens é superior. Esse panorama manifesta-se da seguinte forma: “Nas áreas rurais, a razão de sexo era de 107 homens para cada cem mulheres, enquanto nas áreas urbanas, era de 75 homens para cada cem mulheres” (IBGE, 2008). A explicação reside no fato de as mulheres irem às cidades para morar com filhos, netos ou parentes, ao passo que os homens continuam engajados no trabalho da roça.

Essa situação remete a considerações acerca dos papéis culturais de gênero, pois, ao se arrogar à mulher o papel do cuidado da casa, do cônjuge, dos velhos enfermos e das crianças, como os homens se organizam no desempenho desses papéis na ausência da mulher? (Pereira e Santos, 2007).

Saad (1999) chama atenção para o fato de a sociedade reestruturar-se por conta do rápido processo de envelhecimento, visto que as mulheres se inserem cada vez mais no mercado de trabalho e, assim, não dispõem de tempo para cuidar de seus velhos dependentes. Contudo, embora realizando novos papéis sociais, as mulheres não se desvincularam dos afazeres tradicionais, isto é, em conformidade com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), realizada pelo IBGE, as trabalhadoras e, concomitantemente, responsáveis pelas tarefas da casa abarcavam 89,55% (IBGE, 2008).

No que concerne à educação, vale dizer que o IBGE compreende como alfabetizado o indivíduo que sabe ler e escrever ao menos um bilhete. A região Nordeste concentra o maior número de analfabetos do país (19,9%). Quanto ao nível de escolaridade do velho nordestino, mais da metade da população é desprovida de instrução. Os percentuais de velhos com baixa escolaridade no Nordeste urbano e rural demarcam cifras expressivas, 40,6% e 70%, respectivamente (IBGE, 2008).

Nesse sentido, Faleiros (2007, p.161) mostra o quanto a população idosa brasileira – sobretudo, a rural – foi excluída da educação formal: “Quanto maior a idade, maior o grau de iletrados, revelando-se o descaso do Estado e dos proprietários rurais pela educação pública, considerando-se que 38% passaram a maior parte da vida no campo e 10% viveram no campo e na cidade”.

A constatação dessa conjuntura indica a disparidade em relação ao acesso a direitos fundamentais, bem como a necessidades básicas, conforme adverte Silva (1997), ao revelar a grande distância entre o urbano e o rural brasileiro quando se examinam, por exemplo, carências essenciais como a privação de água e a escolaridade.

Esse contexto faz pensar sobre a relação entre escolaridade e renda, isto é, a população idosa brasileira, entre os demais segmentos populacionais do país, constitui a mais pobre e a menos escolarizada. Por outro lado, é interessante notar que, de acordo com a pesquisa supracitada, este segmento mora em domicílios com menor renda familiar, contudo mais em casas próprias, em comparação aos mais jovens, além de contribuir consideravelmente nas despesas do grupo doméstico.

Esta condição deveu-se ao fato de este segmento ser contemplado pelos benefícios previdenciários, especialmente na área rural, com a universalização da aposentadoria, e também de ter se favorecido com políticas habitacionais, ao passo que os filhos não tiveram as mesmas oportunidades, tendo em vista as nuances da economia do país (Siqueira, 2007).

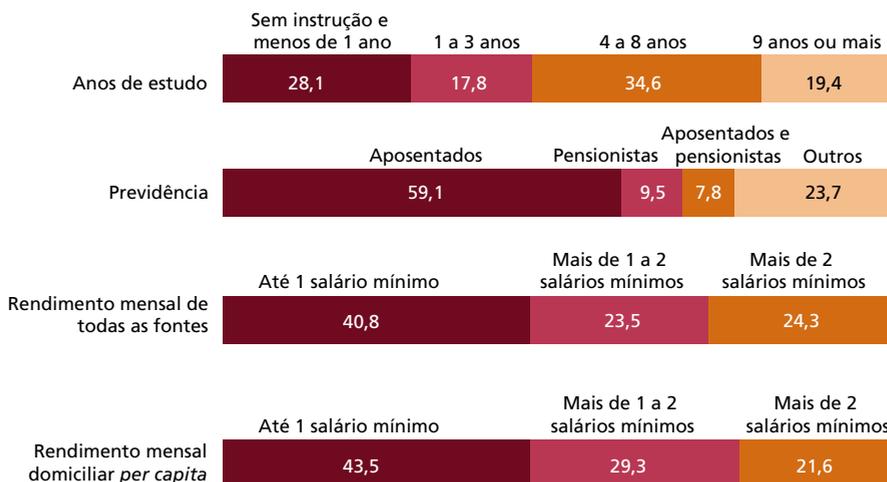
Uma característica importante é que, no Brasil, a população idosa que faz jus a algum benefício da previdência ou assistência social é uma das mais significativas da América Latina. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2013), 76,3% eram contemplados com algum benefício da previdência social.

Os dados sinalizam para um aspecto crucial no que remete à questão da renda no espaço rural pesquisado. Todos os entrevistados recebiam aposentadoria rural e/ou pensão e, apesar de os valores serem considerados parcos, são esses proventos a principal fonte de sustento do grupo, uma garantia certa, dispensando a dependência financeira dos filhos. É conveniente lembrar que, além do amparo

aos membros da unidade doméstica, os pais ainda contribuem com os filhos que não moram com eles, seja em dinheiro ou alimento.

GRÁFICO 1

Brasil: distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, segundo os anos de estudo, a previdência, o rendimento mensal de todas as fontes e o rendimento mensal domiciliar *per capita* (2012)



Fonte: IBGE/Pnad, 2012.

Woortmann e Woortmann (1999, p.137), no artigo *Velhos Camponeses*, ao se reportarem à universalização da previdência rural, apontam que, mesmo sendo um benefício considerado irrisório para os padrões urbanos, é crucial na manutenção das relações hierárquicas na família.

Nos denominados “tempos de inverno” no sertão, em que a subsistência básica da família é obtida pelo trabalho no roçado e por uma eventual criação de animais, essa renda supre a família com outros bens, tais como remédios, roupas, instrumentos de trabalho, uma bicicleta etc. Já nos tempos das recorrentes secas do Nordeste, o dinheiro de um aposentado ou aposentada pode ser capaz de garantir a sobrevivência de toda a família.

Como o rendimento domiciliar *per capita* é essencial na avaliação das condições de vida, vale destacar que, no espaço rural brasileiro, os velhos com renda mensal *per capita* inferior à metade do salário mínimo, ou seja, em situação de pobreza, superam os velhos do espaço urbano do país. De outro modo, dos que possuem renda acima de dois salários mínimos *per capita*, a proporção na cidade é três vezes maior em comparação ao espaço rural, quer dizer, 26,5% contra 8,1% (IBGE, 2008).

Frente à realidade estudada, contudo, penso ser conveniente confrontar os dados quantitativos com os qualitativos. Ainda que a média da renda dos

interlocutores do espaço rural seja inferior aos da cidade, é preciso relativizar a ideia de pobreza que os dados quantitativos indicam, ao mostrar uma qualidade de vida mais elevada em um espaço, em detrimento do outro. Afirmar que a pobreza no espaço rural é maior só porque o velho desse espaço é menos remunerado não parece tão evidente, visto que o tipo de atividades que ele desempenha supre as necessidades básicas, diferentemente dos moradores da cidade, que compram o feijão, a farinha, o milho, a carne.

Este cenário me levou a refletir sobre uma situação inversa ao corriqueiro, ou seja, o amparo dos filhos pelos pais. Somado a isso, a dependência alcoólica revelou-se um problema comum nas casas por onde estive. Não sem conflitos, a atitude dos mais velhos é de sustentar os jovens, visto que estes são desempregados. Pude ver, algumas vezes, os pais caminharem para o trabalho na roça, enquanto os filhos ficavam nos botecos.

Falar em trocas intergeracionais na família é adentrar num universo variado ainda, posto o caráter transitório e a multidimensão dos arranjos nesta forma de apoio, a começar pela convivência de várias gerações, que pode traduzir-se em coresidência ou não, como bem lembra Camarano *et al.* (2004).

Assim, apreendi que a coresidência não é garantia de apoio e de trocas intensas entre gerações na família, pois os filhos apontados pelos velhos como aqueles com os quais possuíam uma relação mais próxima nem sempre moravam sob o mesmo teto.

Apesar de a coabitação não se caracterizar como um cenário pleno de harmonia, tendo em vista as divergências e as tensões que permeiam as relações familiares, situações estas examinadas no decorrer deste trabalho, a solidariedade intergeracional consolidada em apoios materiais e afetivos constitui uma estratégia viável diante de um sistema público precário ou mesmo inexistente.

De acordo com Saad (2004), a coresidência entre gerações, principalmente no Nordeste, vincula-se mais às necessidades dos filhos adultos em relação aos seus pais já velhos. Vale destacar que, em 2007, o índice de contribuição dos velhos no orçamento familiar, no espaço rural da região citada, chegou a 73% dos domicílios – condição que passou a exercer influência fundamental nas relações sociais. Isso se justifica pela pobreza econômica e social do local e, dessa maneira, a relevância da aposentadoria é mais notável do que em outros lugares do país, onde 45% dos velhos viviam com seus filhos na condição de chefe de família. Nas regiões Norte e Nordeste, esses percentuais atingiram os 50%.

Aqui, merece destaque o sentimento de obrigação nas formas de ajuda entre pais e filhos. Nas circunstâncias de vulnerabilidade – desemprego, separação, cuidado das crianças —, a expectativa primeira dos filhos é de poder contar com

o amparo dos pais, os quais, mesmo em condições desfavoráveis, acolhem-nos. Como me disse um interlocutor: “Eu ainda trabalho porque o ganho... Se fosse só a gente, dava pra passar, mas tem mais filho, tem neto”.

Quanto aos filhos, frequentemente disseram-se gratos pela criação e pelo suporte obtidos, ressaltando o dever da retribuição para os pais, mormente no que diz respeito à velhice dependente. Sobre este assunto, questionam a ausência do “contradom”,⁶ ao reportar-se a outra realidade que não a da própria unidade doméstica: “Como é que pode, cria os filhos e quando é na velhice não é retribuído?!”.

Destaco, também, outras relações para além do reconhecimento da dádiva como dívida, isto é, relações que não sinalizam necessariamente uma reciprocidade. Nesse contexto, os filhos demonstraram-se ressentidos pelo fato de os irmãos, tios ou netos não corresponderem às doações oferecidas por seus velhos. Do ponto de vista destes, porém, é melhor ajudar do que ser dependente (Singly, 2007).

As relações de consanguinidade ou de afinidade são o primeiro recurso na busca de apoio dos mais velhos e dos mais jovens. Com exceção do apoio funcional, verifiquei que a ajuda prestada pelos velhos extrapola o caráter financeiro, somando, assim, o cuidado com os netos e com o trabalho da casa.

Por outro lado, os filhos colaboram nos apoios instrumentais e funcionais, como ajudar nas tarefas domésticas, acompanhar nas saídas ao supermercado, ao banco e auxiliar nas atividades do autocuidado daqueles com saúde debilitada. É relevante enfatizar, contudo, que o tipo de cuidado exigido varia ao longo da vida, pois depende do grau de autonomia funcional; quer dizer, falar de “filhos” é precisamente remeter a uma filha que assume solitariamente, sem a colaboração dos outros membros da família, a responsabilidade por esse cuidado.

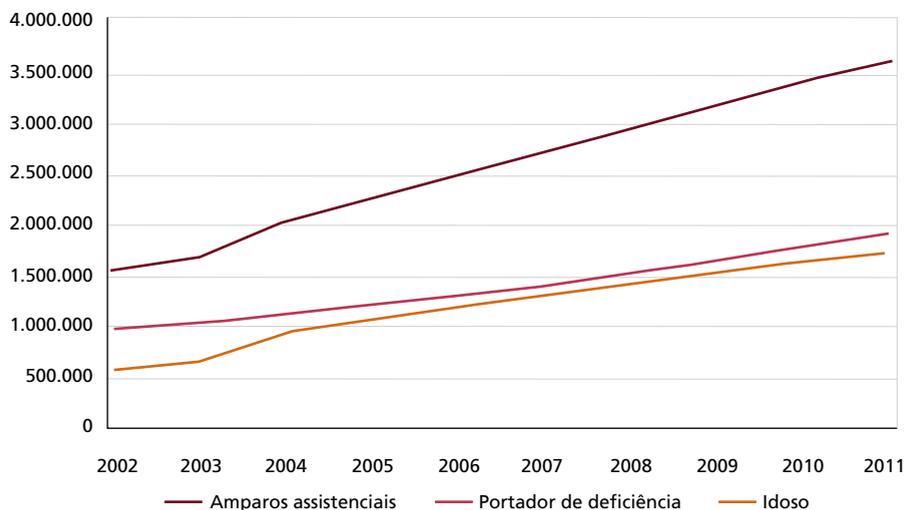
Vale também dizer que a população idosa contemplada pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) aumentou significativamente. Esse benefício é constituinte do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a qual prover um salário mínimo aos velhos com idade igual ou superior a 65 anos e às pessoas com deficiência cuja renda familiar *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo (art. 20).

Assim sendo, em consonância com IBGE (2013), em 2011, o número de beneficiários do BPC no Brasil era de 3,6 milhões, sendo que 1,9 desses benefícios eram direcionados à população envelhecida, como demonstra o gráfico 2.

6. O uso do termo é empregado no sentido analisado por Marcel Mauss (1974), a despeito das trocas nas sociedades primitivas. Assim, o autor considera três situações: a obrigação de dar, a de receber e a de retribuir o então chamado *contradom*.

GRÁFICO 2

Brasil: evolução da quantidade de benefícios de amparos assistenciais, para portador de deficiência e para idosos (2002-2011)



Fonte: Ministério da Previdência Social (MPS)/Anuário Estatístico da Previdência Social (2011).

É inegável que, no âmbito das políticas públicas, aconteceram intervenções significativas. Na década de 1990, houve expressiva criação de legislação e de programas sociais destinados especificamente a esse grupo. O impulso decorreu da Constituição de 1988, que, no capítulo da seguridade social, trata de questões sociais da velhice. Essas disposições constitucionais favorecem e incentivam a elaboração de legislação complementar acerca do assunto (Camarano *et al.*, 1999; Camarano, 2002).

A Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, é considerada uma das mais avançadas do mundo, com um projeto bastante amplo que visa atingir a melhoria da qualidade de vida dos velhos em todos os aspectos, por meio de parcerias entre governamentais e organizações não governamentais (ONGs). O objetivo da PNI é promover ações setoriais integradas em que ONGs e cada ministério, em conformidade com suas atribuições, viabilizem programas sociais, visando ao bem-estar da população idosa em todas as esferas, a sua integração social e dar agilidade a novas ações de atendimento às pessoas em processo de envelhecimento (Alcântara, 2004).

Depois de dez anos, é publicado em 2003, o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, fruto de uma história de luta que demarca a mobilização da sociedade civil por uma velhice decente. O Estatuto reitera todos os direitos da PNI, da saúde ao lazer, e inova ao apresentar os crimes e as penas para os que

desrespeitarem ou abandonarem este grupo específico. Tem como objetivo promover a inclusão social e garantir os direitos dos idosos, já que uma parcela desses cidadãos brasileiros demanda por cuidados especiais.

Por último, é importante também citar a Portaria nº 2.528, de outubro de 2006, do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, cujos objetivos são a recuperação, manutenção e a promoção da autonomia e da independência, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A luta ainda não terminou. As conquistas alcançadas por meio das leis não foi o suficiente para que o velho seja tratado com respeito e dignidade. É preciso agora que se faça o cumprimento dessas leis. O velho brasileiro não quer ser objeto de assistencialismo, bondade ou caridade. Trata-se apenas de respeitar os seus direitos conseguidos através de muitos e muitos anos persistência.

O significado da conquista da aposentadoria consiste na segurança de que um tempo de grande privação não se repetirá, e o alimento não lhes faltará. Os velhos consultados para esta pesquisa atribuem o direito à graça divina: “é uma benção que Deus deu pros governos pra dar o aposento da gente! Antigamente todos os velhos pediam esmola nas casas. E, hoje, qual é o velho que vai pedir esmola?”.

Assim, embora possa parecer um valor pequeno, a aposentadoria lhes confere dignidade, uma vez que, de acordo com estes interlocutores, eles haviam sido privados de uma das necessidades básicas vitais, isto é, comer. Foi frequente ouvir dos aposentados rurais sobre a satisfação em que se encontram ao compararem o presente com o passado, visto que, hoje, o “aposento” garante o sustento de toda a família, ao passo que, no passado, inexistia esse benefício, sendo comum, então, a presença dos velhos pedintes de porta em porta. Assim, a Previdência é a principal fonte de renda dos idosos brasileiros.

É predominantemente presente nas falas o tempo da fome, haja vista a experiência de sucessivos períodos de seca, em especial, a de 1958, ocasionando a falta de trabalho. A experiência dessa situação reflete-se de forma muito constante no dia a dia. Os velhos contam para filhos e netos sobre suas vidas no passado e comparam com o presente, quando já não existe esse tipo de limitação tão constante em outro tempo, visto que, hoje, contam com o seguro social e dispõem de recursos inacessíveis na época de sua mocidade.

Os relatos se referem a uma época árdua, de grandes dificuldades, principalmente no tocante à carência do básico – ter o que comer e como alcançar eram desafios do cotidiano. Quando discorrem sobre as agruras de outrora, reforçam as diferenças entre ontem e hoje e, assim, reconstróem suas histórias em sintonia com o tempo presente.

A aposentadoria apresenta-se como um marcador importante nas vidas, indistintamente, de homens e mulheres, os quais trazem em seus relatos um forte enfoque no trabalho. Desse modo, inexistente uma relação direta entre aposentadoria e interrupção do trabalho no roçado. Percebo, a partir das falas dos interlocutores, a importância de continuarem suas atividades na terra, condição preponderante para o favorecimento da manutenção de suas identidades.

Sobre como experienciam o evento da aposentadoria, que está associada ao *deixar de trabalhar*, a percepção que constroem sobre o declínio do corpo, do vigor físico, coincide com a impossibilidade do trabalho. As narrativas apresentadas denotam uma situação de *despersonalização*, significando, pois, perda de autonomia, algo preocupante, uma vez que compromete a velhice existencial ou a condição fundamental de ser pessoa. Portanto, continuar a trabalhar na velhice ultrapassa a necessidade do sustento ou de ter uma remuneração; além disso, o sentido maior é permanecer ator social, resistindo ao lugar da plateia.⁷

Embora aposentados, não encerraram a rotina de acordar cedo e caminhar para o roçado, algo que ultrapassa os fins econômicos. A atividade lhes confere identidade e, conforme destaca Ramos (2001), a história de cada um é registrada no corpo, e não é à toa que a ausência do trabalho deixa uma lacuna quando os velhos afirmam que “foram criados assim”.

Por falar em corpo, a decadência física, *a priori*, marca característica da velhice, surge como o principal empecilho na confirmação do sentimento de pertença desses sujeitos, haja vista que a impossibilidade da permanência no trabalho ocasiona reações de tristeza, sensação de impotência e de inutilidade, verificadas constantemente nas narrativas, nas quais a relação da velhice com o corpo tendeu na mesma direção, ou seja, enfatizou a última fase da vida vinculada à doença.

As declarações dos interlocutores sugerem a afirmação de Barroso (1988, p. 16): “o nordestino com um desgaste vital acentuado, muitas vezes morre socialmente antes de sua finitude biológica, mesmo sem ter avançado na escala cronológica”. Em outras palavras, a impossibilidade de trabalhar rompe com o sentimento de integração, de inserção à sociedade e, na sua concepção de vida associada ao valor-trabalho, a ausência de uma prática que lhe conferiu o sentimento de pertencimento durante maior parte da vida, levaria ao desfecho desta, mesmo não coincidindo com a morte biológica, pois “parar é morrer”.

7. Essa minha constatação aproxima-se da análise do estudo de Viegas e Gomes (2007, p. 89), *A identidade na velhice*. A partir das teorias do interacionismo simbólico, mormente de Erving Goffman, as autoras explicam que a identidade do sujeito resulta da relação com o outro, sempre num contexto intersubjetivo e relacional, e, no tocante, ao “deixar de trabalhar”, “a despersonalização remete para o perigo iminente da perda de autonomia e capacidade deliberativa que fazem da pessoa uma entidade moral”.

Esta reflexão remete à análise de Woortmann e Woortmann (1999, p. 139) a respeito do que é ser velho na região Nordeste. A velhice é relativa e relacional, quer dizer, “sua percepção depende das relações sociais ao longo da história de vida da pessoa”. Para os autores, no contexto do interior nordestino, o *velho* é aquele que não tem capacidade de trabalhar na agricultura, e foi visto que o que pode ser compreendido como *velho* para o Estado, pode não ser velho para o trabalho, a exemplo dos interlocutores que continuam na lida – um senhor de 82 anos, que mata boi sozinho, sem ajuda de ninguém, como, também, as senhoras participantes do intenso processo da farinha, da colheita da mandioca à peneira.

Penso que, independentemente do mercado formal de empregos, as categorias nucleantes terra, família e trabalho, que não se desvinculam umas das outras, e que Woortmann (1990) analisa como intrínsecas às sociedades camponesas, tornam compreensiva a percepção destes entrevistados em torno da vida associada ao valor-trabalho, cuja falta representa sua morte social. Amparo-me na canção: “e sem o seu trabalho um homem não tem honra e sem a sua honra se morre, se mata...”⁸

Por meio da pesquisa de campo, fundamentada no trabalho etnográfico, discuti os dados que incitam rever determinadas convenções sobre como a oposição entre rural e urbano tem sido tratada, pois, na dinâmica de redefinição dessas categorias, as experiências aqui trazidas revelam-se de tal modo heterogêneas, que bloqueiam a tentativa de padronizar a velhice, como também o espaço em que se vive.

Rogers (2006), numa crítica ao discurso naturalizado e limitado sobre o camponês, ao qual chama texto brasileiro sobre o rural, mostra, com razão, que é preciso rever as convenções sobre o mundo rural, de modo a dar conta da especificidade de sua dinâmica.

Finalizando, é importante reforçar um dos princípios da Política Nacional do Idoso em seu art. 3º:

V - As diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei (Brasil, 1994).

4 CONCLUSÃO

Tal como iniciei, concluo, valendo-me de Patativa do Assaré para ilustrar o rural e sua gente: “um povo sem estudo e sem assistência”. Lamentavelmente, falta muito para a PNI se efetivar neste espaço, e, sendo assim, não seria incorreto afirmar que o atraso se relaciona ao rural, especialmente quando se trata do Nordeste brasileiro, um lugar “esquecido” e carente de políticas públicas.

8. Trecho da letra de *Um homem também chora*, música de Gonzaguinha.

Acerca da oposição entre o urbano e o rural, foi mister desconstruir a abordagem dicotômica em torno desses espaços e ressaltar suas interações, recorrendo a autores que, negando as polaridades, compreendem a dinamicidade do espaço geográfico, sem, no entanto, desconsiderar as especificidades que demarcam cada lugar.

O Brasil é um país diverso em termos regionais, socioeconômicos e culturais. Com isso, urge a necessidade de se fomentar pesquisas voltadas a entender a inserção do velho para além do meio urbano brasileiro, haja vista a carência de estudos pontuais sobre o envelhecimento humano no espaço rural, lugar onde se supõe tão singular.

Desde a década de 1970, foi anunciado o aumento da população idosa, e o país não se planejou devidamente para não ser mais um “país de jovens” e ter de enfrentar as mudanças no contexto socioeconômico, diante do prolongamento da vida humana. Apesar de três décadas já passadas, não só Estado mas também a sociedade não se deu conta, profundamente, das implicações da transição demográfica, um fenômeno que atingirá a todos, isto é, desde que não se morra antes da velhice chegar – afinal de contas, velho deixará de ser sempre somente o outro.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos institucionalizados e família**: entre abafos e desabafos. Campinas: Átomo e Alínea, 2004. (Coleção Velhice e Sociedade).
- BARROSO, Maria José Lima Rocha. O desafio do envelhecimento no nordeste. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 1, p. 14-18, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jan. 1994.
- CAMARANO, Ana. Amélia. **Envelhecimento da população brasileira**: uma contribuição demográfica. Ipea. Rio de Janeiro, 2002.
- CAMARANO, Ana Amélia *et al.* **Como vive o idoso brasileiro?** In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. p. 19-71.
- CAMARANO, Ana Amélia *et al.* (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociais e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, 1998.

DELGADO, Guilherme Costa; CARDOSO JÚNIOR, José Celso. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. *In: CAMARANO, Ana Amélia et al. (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60.* Rio de Janeiro: Ipea, 2004. Disponível em: <ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/livros/Arq_17_Cap_09.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos. *In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2007. p. 153-167.

FERNANDES, Maria Teresinha de Oliveira; SOARES, Sônia Maria. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, n. 6, p. 1494-1502, 2012.

FOSSA, Maria das Graças Rodrigues; FRANÇA, Mardone Cavalcante. Uma avaliação dos critérios de classificação da população urbana e rural. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 13., 2002, Ouro Preto, Minas Gerais. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v. 7).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Série Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 23).

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Série Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 32).

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In: MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia.* v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MEDEIROS, Vera Lúcia Cardoso. Representações do sertão em Patativa do Assaré. **Revista Nonada Letras**, v. 1, n. 13, 2009.

MOURA, Margarida. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.

PATATIVA DO ASSARÉ. **Cante lá que eu canto cá.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA, Jorge L. G.; SANTOS, Ivana C. B. dos. **Algumas questões para se pensar o envelhecimento no campo: experiências dos idosos de Santa Rita de Minas/MG.** São João del-Rei: Nead, 2007.

RAMOS, Vânia. Corpo e movimento no envelhecimento: reflexões de idosos sobre as transformações do seu corpo. **Revista Kairós**, São Paulo, v. 4, p. 67-81, 2001.

REIS, Douglas Sathler dos. **O rural e o urbano no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. Caxambu: ABEP, 18-22 set. 2006. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_777.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2008.

ROGERS, Paulo. **Os afectos mal-ditos**: o indizível das sexualidades camponesas. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SAAD, Paulo Murad. Transferências de apoio entre gerações no Brasil: um estudo para São Paulo e Fortaleza. In: CAMARANO, Ana Amélia *et al.* (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. p. 251-280.

_____. Transferências de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: CAMARANO, Ana Amélia *et al.* (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**. Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p.169-208.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, Shigeo; SILVA, José Graziano; ORTEGA, Antônio César. (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU/Fapemig, 1997. p. 75-100.

SILVA, Vanda Aparecida da. **Menina carregando menino**: sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha (MG). 2005. 328 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de Siqueira. Velhice e políticas públicas. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2007. p. 209-223.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. **Nem tudo é urbano. Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br>>. Acesso em: 10 out. 2005.

VIEGAS, Susana de Matos; GOMES, Catarina Antunes. **A identidade na velhice**. Ambar: Porto-Portugal, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Reencontro com o Nordeste: itinerários de pesquisa e construção do campo intelectual dos estudos rurais. **Estudos de Sociologia**, n. 1, v. 5, 28p, 2008.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. Velhos camponeses. **Revista Humanidades** - Terceira Idade, Brasília, n. 46, p. 132-141, 1999.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora da UnB, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Da velhice da praça a velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural**. 2010. 319 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 dez. 1998.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 out. 2003.

_____. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

PATATIVA DO ASSARÉ. **Cantos de Patativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1967.